



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 5 • nº 11 • 20 a 26/04/08 • ISSN1809-6182

Resenhas

14/04/2008 – A situação política no Nepal p.01

As eleições ocorridas no Nepal, no dia 10 de abril de 2008, visam criar uma Assembleia Constituinte nacional, que possibilite a substituição da atual Monarquia Constitucional por uma República.

23/04/2008 –Alta mundial dos preços de alimentos p.05

Dois encontros no início do mês de abril de 2008, a Cúpula da OTAN, realizada em Bucareste, Romênia, e um diálogo entre os presidentes estadunidense e russo em Sochi, discutiram temas centrais como a questão da expansão da OTAN e a defesa antimísseis estadunidense a ser instalada na Polônia e República Tcheca.

24/04/2008 – A questão da energia: na perspectiva brasileira p.08

Depois de anos de prevalência dos combustíveis fósseis, novas alternativas à produção de energia elétrica vêm sendo desenvolvidas. Numa crescente busca pelo equilíbrio sustentável, fontes renováveis e menos poluentes do que a atual vêm sendo as opções mais procuradas.

A situação política no Nepal

Resenha
Segurança
Ana Caroline Medeiros Maia
14 de abril de 2008

As eleições ocorridas no Nepal, no dia 10 de abril de 2008, visam criar uma Assembleia Constituinte nacional, que possibilite a substituição da atual Monarquia Constitucional por uma República.

Foram realizadas no dia 10 de abril de 2008, eleições gerais no Nepal para a criação de uma Assembleia Constituinte (AC) no país. A decisão de instituir uma AC resultou de um acordo entre os principais partidos políticos nepaleses, obtido em novembro de 2007. A população foi às urnas no intuito de eleger os membros que irão compor a Assembleia.

Essas eleições representam a possibilidade de uma profunda transformação no sistema de governo do país, que poderá mudar de uma Monarquia Parlamentarista para uma República Federal Democrática. Tal alteração acontecerá de fato caso a Assembleia Constitucional aprove a abolição da Monarquia.

A AC será composta por 601 deputados. Desses, 240 serão nomeados nessas eleições, em que disputam quase 4 mil candidatos. Ainda, 335 deputados serão escolhidos por um sistema proporcional¹, enquanto os demais 26 representantes serão indicados pelo governo.

A criação de uma AC resultou de um processo histórico de conflitos políticos no Nepal.

¹ Esses assentos serão distribuídos de acordo com a percentagem total dos votos, ou seja, proporcional ao número de cadeiras obtidas por cada Partido nas eleições.

Nepal e sua organização política

O Nepal é situado no sudeste da Ásia, entre China e Índia. É um país relativamente pequeno, com população de aproximadamente 29 milhões de habitantes. Considerado um dos mais pobres do mundo, cerca de um terço da população vive abaixo da linha de pobreza.² Sua economia é baseada na agricultura, atividade que sustenta 75% da população e que representa 38% do PIB do Nepal.

A forma de governo no país se constituiu como uma Monarquia Absolutista desde a independência do Nepal em relação ao Reino Unido, que se deu em 1768. Nesse ano, o país foi unificado, e durante o século seguinte se expandiu por meio de conquistas territoriais.

Ao longo do tempo, a figura do rei foi adquirindo cada vez mais poder dentro do Nepal, principalmente por desconsiderar as pressões internas, surgidas desde a década de 50, para a implementação de uma democracia. Ainda, tornou-se comum que o rei admitisse e dispensasse os governos, um após o outro, sem necessariamente esperar que o mandato dos mesmos fosse cumprido.

² Pessoas que vivem com menos que o necessário para manter sua sobrevivência. Segundo a ONU, esse valor é de 1 dólar por dia.

O mais significativo protesto contrário a esse sistema de governo monárquico surgiu em 1990, apoiado pela população de forma geral. Esse movimento foi conduzido pelos dois maiores partidos políticos nepaleses: o Partido Comunista do Nepal-Maoísta (CPN-M, sigla em inglês) e o Partido do Congresso nepalês (NCP, sigla em inglês). Com grande apoio popular, os protestos fizeram com que o então rei do país, Birendra, instaurasse algumas reformas políticas que resultaram na formação de uma Monarquia Constitucional pluripartidária.

A reforma política instaurada no país estabeleceu que o Rei seria o *chefe de estado*³ e o Primeiro-Ministro o *chefe de governo*⁴. Esse último seria indicado pelo Partido que obtivesse a maioria nas eleições gerais, sendo auxiliado por um Gabinete⁵, recomendado pelo Primeiro-Ministro, mas aprovado pelo Rei. Durante os anos seguintes, os membros do governo foram, em sua maioria, representantes do CPN-M e do NCP.

Em 1996, o CPN-M iniciou um movimento insurgente contra a Monarquia, defendendo a implementação de um regime socialista no país. O movimento ficou conhecido como a “guerrilha maoísta”.

Alguns eventos políticos inusitados se sucederam no Nepal. Em 2001, o então príncipe Diprenda cometeu um massacre contra a família real nepalesa, em que matou seus pais, irmãos, tias e tio. Em seguida, apesar dos crimes cometidos, foi proclamado rei. Em decorrência de uma

tentativa de suicídio, Diprenda morreu pouco tempo depois, e seu tio, Gyanendra, passou a ocupar o trono.

Um ano depois, o recém nomeado rei demitiu o Primeiro-Ministro, Sher Bahadur Deuba, um dos líderes do Partido do Congresso nepalês, e dissolveu seu Gabinete, por considerá-los “incompetentes”. O Parlamento havia sido dissolvido pelo chefe de governo, mas as eleições para a formação de um novo Parlamento não foram realizadas, o que resultou na demissão de Deuba por Gyanendra.

Em 2004, devido aos protestos da população, Gyanendra readmitiu o ex-Primeiro-Ministro Bahadur Deuba, contudo, voltando a demiti-lo pouco tempo depois. No ano seguinte, o rei dissolveu o Parlamento e o governo, declarando estado de emergência, e apontou a si mesmo como o novo *chefe de governo* do país.

Paralelamente a essas mudanças políticas, o movimento insurgente da “guerrilha maoísta” prosseguia suas atividades. A mesma continuou defendendo a abolição da Monarquia, tendo como consequência mais de 13 mil mortos nos confrontos durante os anos de protesto.

Sendo assim, Gyanendra justificou suas ações dizendo que o governo era incapaz de lidar com a ameaça insurgente maoísta, e que estava “preocupado com a segurança do Nepal”.

Dessa forma, uma aliança entre sete partidos nepaleses se formou, em oposição às medidas adotadas pelo rei. Essa aliança, conhecida como Aliança dos Sete Partidos (SPA, sigla em inglês), assinou um acordo, em novembro de 2005, com o Partido Comunista do Nepal-Maoísta. Neste documento ficou estabelecida uma transição pacífica para o regime democrático, por meio da criação de uma Assembléia Constituinte.

A Aliança dos Sete Partidos incitou, em abril de 2006, um protesto contra a

³ Considerado o mais alto representante de um Estado-nação, é o indivíduo que personifica o Estado e exerce seus poderes com base na Constituição de um país. Na prática, o cargo não possui poderes administrativos e pode ser ocupado por um Presidente ou por um Monarca, dependendo do sistema de governo.

⁴ Cargo que exerce o Poder Executivo em um sistema parlamentarista de governo.

⁵ O Gabinete é composto pelo Primeiro-Ministro e por seus Ministros escolhidos, que o auxiliam e o aconselham.

monarquia. O mesmo foi apoiado pelo Partido Comunista e obteve grande adesão por parte da população. Os protestos duraram 20 dias, ocasionando 21 mortes e deixando milhares de pessoas feridas.

Em decorrência desses acontecimentos, o Rei Gyanendra permitiu que o Parlamento fosse restituído. Ainda, as atribuições da família real foram consideravelmente reduzidas. Após os protestos de 2006, o poder Legislativo e o poder Executivo passaram a ser responsabilidade do Governo do Nepal, que anteriormente era conhecido como "Governo da Sua Majestade". Ainda, o nome de algumas instituições foi modificado, retirando-se a ligação com a Monarquia.

Em 2007, um outro importante passo foi dado em direção à implementação de uma República no país. Em dezembro daquele mesmo ano, os principais partidos do país, após meses de discussões, acordaram que a monarquia nepalesa deveria ser destituída. Tal acordo marcou a volta dos maoístas ao governo, que o haviam abandonado, em setembro de 2007, em virtude de rejeitarem o sistema real.

Ainda, é importante lembrar que durante os anos de manifestações contrárias à monarquia, desde o seu início, houve uma grande preocupação de alguns países, tais como os Estados Unidos, com os direitos humanos no país. A própria Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu, em 1996, um programa de monitoramento no Nepal para certificar a proteção aos direitos humanos.

As eleições para Assembléia Constituinte.

As eleições para a formação de uma Assembléia Constituinte no Nepal foram marcadas por demonstrações de violência em todo país.

Alguns grupos, como a minoria "madheshi"⁶, são contrários à abolição da

monarquia, e por isso defenderam um boicote às eleições. Ainda, alguns partidos, como o Partido Nacional Democrático, acreditam que um plebiscito deve ser realizado para decidir sobre o futuro da monarquia nepalesa.

Está previsto que a nova AC ratifique a abolição da monarquia em sua primeira sessão, podendo assim instaurar uma República no Nepal. Ainda, será responsável por redigir uma nova Constituição para o país e também deverá substituir o Parlamento durante o período de mudanças pelo qual o país deverá passar.

Até o dia 14 de abril de 2007, os maoístas lideravam a apuração dos votos, tendo vencido em 108 dos 196 distritos nos quais as apurações já haviam terminado.

Países como os Estados Unidos e a Inglaterra vêm pressionando a monarquia nepalesa desde 2005, quando Gyanendra suspendeu o Parlamento, para que a mesma implemente uma democracia.

Apesar de as eleições para a criação de uma AC terem de fato ocorrido, e representar um importante passo em direção a uma mudança significativa no país, algumas incertezas permanecem.

Uma das dúvidas principais diz respeito à lealdade dos militares para com o atual rei nepalês, Gyanendra. Tal fato poderia dificultar uma eliminação do sistema monárquico, caso o rei ofereça alguma resistência e os militares decidam apoiá-lo. Um conflito de tal proporção provavelmente geraria uma Guerra Civil.

Ainda, mesmo que exista uma aliança entre os principais partidos do país, é possível que essa aliança não se mantenha intacta após a transição para uma República. Caso a Monarquia venha a ser abolida, há a possibilidade de que pequenas alianças sejam formadas dentro do governo, pois nada garante que os interesses dos partidos irão ser os mesmos após a reforma no sistema político do país.

Ademais, o Nepal é um país que ainda

⁶ A minoria madheshi são os nepaleses de origem indiana que vivem no sul do país.

enfrenta sérios problemas, como o alto nível de pobreza, a violação aos direitos humanos dentro de suas fronteiras e os conflitos entre diferentes grupos.

Indiferente às reformas políticas que ocorram no Nepal, o país ainda possui sérios problemas estruturais que devem ser resolvidos. Mesmo que uma República não seja instaurada, problemas dessa natureza são desafios que o governo deve buscar enfrentar.

Referência

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

CIA Website

<http://www.cia.gov>

Folha de São Paulo

<http://www.folha.uol.com.br>

International IDEA

<http://www.idea.int>

NDTV.com

<http://www.ndtv.com>

Portal UAI

<http://www.uai.com.br>

The New York Times

<http://www.nytimes.com>

Alta mundial dos preços de alimentos

Resenha
Segurança/ Economia & Comércio
Celeste Cristina Machado Badaró
23 de abril de 2008

Desde 2007, o preço de alimentos tem aumentado no comércio mundial. Em 2008, ocorreram diversos conflitos devido a essa alta, levando diversas organizações internacionais a alertar para a instabilidade que a falta de alimentos pode gerar.

No início de abril de 2008, diversas organizações internacionais alertaram para o risco de instabilidades causadas pela falta de alimentos e aumento de seu preço. Alguns países já passam por turbulências causadas pelo encarecimento de alguns produtos.

Em seu relatório *World Food Situation*, a Organização para Agricultura e Alimentos (FAO, sigla em inglês) afirmou que cerca de trinta países correm o risco de passarem por turbulências devido ao aumento dos preços de alimentos. Em 2007, o preço de alimentos subiu cerca de 60%, segundo o jornal *Financial Times*.

Jacques Diouf, diretor da FAO, afirmou que “a alta dos produtos alimentícios possui um impacto de devastar a segurança de muitos povos”. Segundo a FAO, os conflitos podem se multiplicar por diversos países se a alta dos preços se mantiver.

O aumento do preço de alimentos gerou protestos em alguns países, como Haiti, Egito, Costa do Marfim, Bangladesh e Filipinas, nos meses de março e abril de 2008. Protestos causados pelo aumento de preços de alimentos básicos causaram a queda do primeiro-ministro no Haiti e a morte de cinco pessoas no Egito. Em Bangladesh, onde se estima que um quinto da população vive com menos de uma refeição por dia, trabalhadores entraram em greve contra o aumento de

preços.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também alertou para as consequências do aumento de preços dos alimentos. Segundo Dominique Strauss-Kahn, diretor do FMI, “a inflação pode ter voltado” devido ao encarecimento de energia e alimentação. Em tempos de desaceleração econômica devido à crise financeira pela qual passa os Estados Unidos (EUA) [ver também: [Economia estadunidense sob risco de recessão](#)], os efeitos de uma inflação generalizada são ainda mais difíceis de se combater¹.

O aumento de preços dos alimentos também pode ter consequência sobre o combate à pobreza extrema. O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, afirmou que a alta dos alimentos tem aumentado a fome em países menos desenvolvidos e atrasou o avanço na luta contra a pobreza em sete anos.

O Programa Mundial de Alimentos (WFP, sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU) disse que seu

¹ Uma das bases da teoria econômica (e guia da política econômica dos governos) é de que, normalmente, quando há crescimento econômico ocorre inflação, e quando há recessão ocorre deflação ou, pelo menos, a inflação diminui. Quando ocorre inflação e diminuição da atividade econômica, é mais difícil sair da crise, pois as medidas para incentivar o crescimento econômico acabam gerando pressões inflacionárias.

orçamento para combate à fome em 2008 deverá aumentar de US\$ 2,9 bilhões para US\$3,4 bilhões. Zoellick fez um apelo aos países mais desenvolvidos para aumentarem a ajuda fornecida a programas de combate à fome. Os EUA e a França já anunciaram que irão dobrar o dinheiro enviado para o combate à fome nos países mais pobres.

Causas

Ainda não se sabe ao certo qual a causa para o aumento dos preços dos alimentos. Por isso, o assunto vem sendo manipulado politicamente, com cada grupo apontando uma causa que lhe seja favorável.

Segundo o representante da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano, a causa para os problemas de abastecimento é que a demanda mundial de alimentos cresceu sem aumento da oferta, e os estoques diminuíram. Segundo ele, a crise ainda vai demorar a passar, pois é preciso fazer reposição dos estoques. Ele aponta também como causa a melhora nas condições de vida em países emergentes, como Índia e China, que tirou uma parcela da população da pobreza extrema e, conseqüentemente, aumentou a demanda por alimentos.

Já Zoellick e Strauss-Kahn apontaram como uma das causas do desabastecimento o aumento da produção de biocombustíveis, que ocupa terras que antes eram usadas para produzir alimentos. Para o diretor do FMI, o uso de terras para produção de biocombustíveis é um problema moral. Jean Ziegler, relator especial da ONU para o direito à alimentação, afirmou que a produção de biocombustíveis é um “crime para a humanidade”.

Luis Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil e maior incentivador da produção de biocombustíveis [ver também: [Cooperação entre Brasil e EUA para a produção de etanol](#)] afirmou em resposta que o “verdadeiro crime contra a humanidade” seria desconsiderar os

biocombustíveis como alternativa energética.

O presidente afirmou que a atual alta dos alimentos não tem apenas uma única causa, sendo o resultado de vários fatores, como quebras de safra, aumento no preço do frete, variações cambiais e o aumento no consumo em países como China, Índia e os da África e América Latina. Segundo Lula, para diminuir os preços dos alimentos é preciso encerrar a rodada de Doha, que discute a liberalização do comércio agrícola na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O comércio mundial de produtos alimentares, ao contrário dos produtos industrializados, não é totalmente liberalizado sob o regime da OMC. Para resolver essas distorções foi iniciada, em 2001, a Rodada de Doha, para discutir a liberalização do comércio de produtos agrícolas [ver também: [Tentativas de finalização da Rodada de Doha](#)].

Entre as distorções que a rodada tenta combater estão os subsídios dados pelos governos dos países mais desenvolvidos aos seus produtores. Segundo a ONU, essas distorções fazem com que os recursos naturais não sejam usados da melhor forma possível, favorecendo países desenvolvidos e prejudicando os mais vulneráveis.

Além de Lula, o presidente do Banco Mundial também defendeu a finalização das negociações agrícolas na OMC para resolver a atual crise. Segundo eles, o comércio de produtos agrícolas é muito distorcido, causando altas como a que ocorre atualmente.

Depois de o presidente brasileiro ter defendido os biocombustíveis, o Conselho de Direitos Humanos da ONU fez uma recomendação ao Brasil, de continuar produzindo etanol, mas sem esquecer de preservar o direito à alimentação.

Soluções

No dia 15 de abril, foi divulgado um relatório que busca soluções para o

problema da distribuição de alimentos no mundo. Feito por mais de 400 cientistas ao longo de quatro anos, o relatório teve o apoio da ONU, do Banco Mundial e de mais de 60 países, além de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e produtores.

O relatório considera que a existência de uma grande parte da população mundial passando fome é uma prova de que a produção agrícola mundial não é bem-sucedida. De acordo com o relatório, a produção de alimentos é insuficiente, entre outros motivos, pela aplicação de técnicas que agredem o meio-ambiente, pela competição por recursos causada pela produção de biocombustíveis, pelo enfraquecimento do pequeno produtor rural e pelas distorções provocadas pelos subsídios fornecidos aos produtores dos países do Norte.

Assim, para resolver a crise é preciso a aplicação de técnicas menos agressivas, valorização do pequeno produtor rural e o fim dos subsídios agrícolas. Uma solução comumente apontada é o uso de alimentos geneticamente modificados, mas o relatório afirma que essa tecnologia até hoje não representou grandes ganhos de produtividade nem melhoras na diminuição da pobreza. No entanto, essas são soluções de longo prazo que requerem uma reestruturação total da produção agrícola mundial.

Se não for feita alguma medida para diminuir a fome e o desabastecimento, os problemas pelos quais passam Haiti, Egito, Bangladesh, entre outros, os conflitos por comida podem se multiplicar. Para enfrentar os problemas mais urgentes que já constituem uma ameaça para a estabilidade do mundo, é preciso medidas emergenciais, como o envio de ajuda a países com maiores problemas de desabastecimento.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Financial Times

<http://www.ft.com>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

FAO – site oficial

<http://www.fao.org>

Reuters

<http://www.reuters.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

A questão da energia: a perspectiva brasileira

Resenha
Desenvolvimento / Segurança
Joana Laura Marinho Nogueira
24 de abril de 2008

Depois de anos de prevalência dos combustíveis fósseis, novas alternativas à produção de energia elétrica vêm sendo desenvolvidas. Numa crescente busca pelo equilíbrio sustentável, fontes renováveis e menos poluentes do que a atual vêm sendo as opções mais procuradas.

Durante muitos anos a matriz energética mundial se pautou nos combustíveis fósseis¹. Porém, nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI a questão ambiental ganhou espaço no cenário internacional e pôs em xeque a sustentabilidade da energia produzida mundialmente.

Segundo o Jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, no ano de 2005, para a geração de energia elétrica foram utilizadas, no mundo as seguintes fontes, nestas proporções,: 40,3% de carvão mineral; 19,7% de gás natural; a energia hidráulica com 16,0% e a nuclear com 15,2%; 6,6% dos derivados de petróleo e 2,2% de outras fontes.

Desde a década de 1980 do século passado os países vêm buscando alternativas para diminuir a emissão de gases poluentes. A exemplo desta preocupação, temos a assinatura em 1987 do Protocolo de Montreal², e em 1998 o Protocolo de

Quioto [ver também: [Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)].

Diante desta nova realidade, alguns países vêm continuamente investindo em novas fontes para produção de energia. Segundo o relatório de 2006 da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês) a demanda por energia no mundo aumentará em 53% até 2030, desse modo, a busca por novas fontes e tecnologias é fundamental.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, este aumento de demanda será, principalmente, para países em desenvolvimento, especialmente, Brasil, China e Índia. Talvez por isso, estes sejam três dos países que mais investem em novas fontes e em tecnologias que sejam capazes de aumentar seu potencial produtivo de energia elétrica. Todos trabalham em busca de alternativas que viabilizem um maior consumo, sustentando assim os números de seu crescimento, já que apenas o Brasil não vem crescendo na média de 10% ao ano como ocorre na China e na Índia.

A China tem hoje a maior central hidroelétrica do mundo. Em funcionamento desde 2006, a hidrelétrica de Três Gargantas, localizada no rio Yangtzé, vem sendo construída desde 1993 e funcionará com potência completa em 2009, quando todas as turbinas serão ligadas. Então, será capaz de produzir,

¹ Derivados de matéria orgânica em decomposição, são eles: petróleo, carvão mineral e o gás natural.

² É um tratado internacional que objetiva a proteção da camada de ozônio, 191 países assinaram o Protocolo, que incentiva a eliminação dos produtos químicos que destroem a camada de ozônio, também conhecidos por Clorofluorcarbonos (CFCs).

anualmente, cerca de 85 bilhões de KWh³, o que representa apenas uma pequena parcela dos aproximadamente 2.475 TWh⁴ consumidos todo ano pelo país, que perde apenas para os Estados Unidos com um consumo de 4.200 TWh⁵.

Todavia, o que vem pesando sobre a construção da hidrelétrica são os danos ambientais causados pela criação do lago artificial [ver também: [China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)]. Mesmo substituindo a queima de 50 milhões de toneladas de carvão por ano, diminuindo, assim, a emissão de gases poluentes pela China, a hidrelétrica traz graves consequências ambientais, entre elas o deslocamento de 1,2 milhão de camponeses e o alagamento de áreas de produção de alimentos.

Já a Índia tem um consumo bem menor, de aproximadamente 630 TWh ao ano. Porém, devido ao contínuo crescimento da economia indiana, os investimentos em energias renováveis é uma de suas principais políticas. No sentido de transformar sua matriz energética, tornando-a ambientalmente sustentável, a Índia criou o Ministério de Novas Fontes de Energia Renováveis, que vem buscando desenvolver novas fontes como: vento, fotovoltaicas⁶ e térmicas solares, pequenas hidroelétricas, biogás e biomassa.

Somado a isso, o país também vem investindo na produção de biocombustíveis, em recentes acordos de

cooperação assinados com o Brasil. Pretende-se, ainda, buscar o desenvolvimento conjunto de tecnologias que possam aproveitar melhor as potencialidades deste combustível.

Neste setor o Brasil é um dos maiores defensores da utilização dos biocombustíveis⁷. Desde os anos de 1970, quando dos dois Choques do Petróleo (1973 e 1979)⁸ o Brasil investiu no desenvolvimento das tecnologias dos biocombustíveis, também chamada de agroenergia⁹, utilizando-se de plantas na obtenção de energia. O PRO-ÁLCOOL¹⁰ é um dos melhores exemplos desta política. Esta experiência fez com que o Brasil se tornasse hoje um dos principais exportadores desta tecnologia, utilizando fontes biológicas para a produção energética.

Entretanto, mesmo neste esforço de diversificação de matriz energética, o Brasil ainda mantém aproximadamente 90% do consumo nacional de energia elétrica sendo produzidos por meio de centrais hidroelétricas. Esta é uma fonte renovável e menos poluente dependente, porém, de condições da estrutura geográfica dos países para ser produzida. No mundo, apenas o Canadá e a Noruega têm matrizes elétricas semelhantes à brasileira.

Mesmo contando com um grande potencial produtivo no setor hidroelétrico, ou seja, o Brasil não utiliza por completo

³ A título de comparação, o recorde de produção de Itaipu se deu no ano 2000 com 93,4 bilhões de KWh, a partir de 2006 foram instaladas novas turbinas subindo a média produtiva para cerca de 90 bilhões de kWh anuais.

⁴ Um TeraWatt (TWh), equivale a 1.000 GWh (GigaWatt hora) ou a 1 trilhão de QuiloWatt hora (kWh).

⁵ Para efeito de comparação o Brasil consome cerca de 420 TWh, anualmente.

⁶ Placas especiais que captam calor e transformam em energia.

⁷ O Biocombustível é de origem biológica, especialmente, de plantas como: cana-de-açúcar, mamona, soja, cânhamo, canola, babaçu ou ainda de lixo orgânico.

⁸ Duas grandes altas súbitas no preço do combustível devido a problemas nos países produtores, passando em 6 anos (1973 a 1979) de US\$ 3 o barril para cerca de US\$ 80.

⁹ Vide glossário.

¹⁰ Programa Nacional do Alcool, programa de substituição dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil a partir de 1975, utilizando-se a cana-de-açúcar como matéria-prima.

toda sua capacidade de produção. A concentração da produção energética neste setor causa uma visível dependência do país à energia produzida por hidroelétricas, deixando-o vulnerável às alterações climáticas, mais especialmente ao regime de chuvas. Este fato ficou claro, quando, em 2001, devido a forte estiagem, os reservatórios brasileiros alcançaram níveis extremamente baixos, sendo necessário para manutenção do fornecimento de eletricidade do país que fossem tomadas fortes medidas de controle do consumo para evitar danos ainda maiores¹¹.

No início de 2008, mais uma vez, houve um sério risco de racionamento de energia, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidroelétricas estavam abaixo da média devido às irregularidades nas chuvas. No entanto, o governo garantiu que não havia risco de novo racionamento, que fora descartado após algumas medidas emergenciais e um aumento no índice pluviométrico no país.

Na contramão das novas políticas energéticas, alguns países da Europa seguem com a produção de energia elétrica a partir da queima de combustíveis fósseis (carvão ou derivados de petróleo) e, ainda, via energia nuclear. Neste caso destaca-se o caso da França, em que cerca de 78% da energia produzida provém de fontes nucleares.

Um dos principais problemas resultantes da utilização da fonte nuclear diz respeito aos resíduos radioativos derivados de sua produção. Diferentemente da queima de combustíveis fósseis que gera grande quantidade de gases poluentes, especialmente, monóxido de carbono e outros gases causadores do efeito estufa¹².

A energia nuclear gera resíduos radioativos, que causam problemas quanto à forma de descarte e/ou armazenamento do lixo nuclear produzido, havendo ainda riscos de acidentes durante a produção de energia.

O problema da energia nuclear não está restrito ao trânsito dos materiais e resíduos produzidos. Outro sério problema diz respeito à linha formada pela produção e controle de armas nucleares, já que a principal fonte para produção de ambas se dá a partir do enriquecimento de urânio.

A diferença na produção de energia para a produção de armas nucleares se dá apenas pelo grau de enriquecimento do urânio¹³. Sendo que, para uso da produção energética é necessário enriquecê-lo apenas 3%, enquanto que para o uso em armamentos nucleares, exige-se um processo de enriquecimento de mais de 90%.

O Brasil possui 309 mil toneladas¹⁴ de reservas de urânio conhecidas, dados das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estando estas reservas concentradas nos estados da Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais. Além destas reservas, o país também domina a tecnologia de enriquecimento de urânio para produção de energia, fator que agrega grande valor ao material. *In natura*, um quilo do mineral custa em média 15 dólares, podendo chegar a custar 1,5 mil dólares depois de enriquecido, na forma de combustível

na atmosfera retendo o calor, elevando assim, a temperatura na terra.

¹³ O U-238 compõe 99% do urânio no planeta, enquanto o U-235 compõe cerca de 0,7% do urânio encontrado naturalmente. Contudo, apenas o U-235 é utilizado na tecnologia nuclear, assim deve-se enriquecer o U-238 transformando-o em U-235 para que possa ser utilizado.

¹⁴ Dados de 2001, tendo sido mapeado apenas 25% do território. A maior reserva encontra-se no Cazaquistão (957 mil toneladas), sendo a brasileira a 6ª maior reserva conhecida.

¹¹ Em 2001, Itaipu, hidroelétrica responsável pela produção de cerca de 40% da energia consumida no Brasil foi capaz de gerar apenas 79.300 GWh, enquanto, em 2000, foram produzidos mais de 93.000 GWh.

¹² O efeito estufa ocorre quando parte da radiação solar refletida, é absorvida pelos gases presentes

Atualmente no Brasil, há um debate no Congresso Nacional sobre a quebra do monopólio estatal das reservas de urânio, sob debate na PEC 171/07¹⁵. Mesmo sendo muito pequena a produção de energia nuclear no Brasil (apenas 4% do total) a muitos interessa a liberação da exploração deste minério, devido aos constantes aumentos no seu valor comercial.

A produção de energia nuclear é um assunto que ainda causa desconforto entre os Estados. A República Islâmica do Irã vem sendo alvo de constantes inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), pelo fato de insistir na manutenção de seu programa nuclear [ver também: [Conselho de Segurança mantém pressão sobre o programa nuclear do Irã](#)]. O Brasil, em 2004, foi alvo de inspeções devido ao desenvolvimento de ultracentrífugas destinadas ao enriquecimento de urânio [ver também: [Negociações sobre a inspeção da AIEA no Brasil](#)]. Assim, manter o monopólio das reservas pelo Estado é fundamental para que o Brasil possa controlar o fluxo de utilização deste recurso que, mesmo sendo pouco explorado, possui um grande potencial.

Já no setor do petróleo, a Petrobras anunciou, recentemente, a descoberta de dois novos campos. Em 2007, o campo de Tupi, com potencial produtivo de aproximadamente 5 bilhões de barril [ver também: [Brasil anuncia novas reservas de petróleo](#)]. E, em 2008, foi divulgado na imprensa a descoberta de um outro campo, situado na Bacia de Santos que seria chamado de carioca (não oficialmente anunciado), tendo um potencial produtivo (ainda não confirmado) de aproximadamente 33 bilhões de barris¹⁶.

Com o preço do barril do petróleo a mais de U\$100 dólares no mercado internacional, a cada dia mais os países diversificam suas políticas energéticas. Primeiro, numa tentativa de diminuir a dependência do produto, uma vez que o clube dos países que detêm a matéria-prima é restrito, depois porque esta é uma fonte energética não-renovável.

Mesmo países como o Brasil que mantém um potencial produtivo, devem seguir investindo em fontes como vento (energia eólica), sol (energia solar), hidrogênio e biomassa. Estas se apresentam como alternativas viáveis, desde que sejam desenvolvidas tecnologias adequadas à produção e ao uso. O Brasil deve diversificar sua produção energética, no sentido de não mais depender do regime pluviométrico para garantir sua energia e sustentar seu crescimento. Para o mundo, importa buscar alternativa aos combustíveis fósseis, devido à poluição decorrentes da combustão e da finitude das reservas.

Frente a uma vital dependência da sociedade contemporânea pela energia elétrica, ações governamentais quanto à diversificação e independência de matrizes energéticas finitas apresentam-se como uma questão de sobrevivência, podendo ser considerada uma questão de segurança. A securitização energética e junto dela da agenda ambiental, são temas concernentes ao século XXI e devem não apenas constar na agenda política dos Estados, mas serem efetivamente consideradas na tomada de decisão política.

Referência

Sites:

Agencia Internacional de Energia

<http://www.iea.org>

Brasil Energia

maiores do mundo.

¹⁵ Projeto de Emenda à Constituição 171, de 2007: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/513566.pdf>

¹⁶ Caso seja comprovada a existência do campo carioca, bem como de seu potencial produtivo, as reservas brasileiras estarão entre as 10

<http://www.brasilenergia.com.br/brasilenergia/>

Energia do Brasil

<http://www.energiasdobrasil.com.br/energia/>

Indústrias Nucleares do Brasil

<http://www.inb.gov.br>

Le Monde Diplomatique Brasil

<http://diplo.uol.com.br/>

Ministério do Meio-Ambiente do Brasil

<http://www.mme.gov.br/>

Ver Também:

16-08-2007 [Argentina enfrenta crise energética](#)

24-03-2007: [O Preço da Energia](#)

27-08-2006: [Conselho de Segurança mantém pressão sobre o programa nuclear do Irã](#)

29-06-2006: [Rússia e o gás natural: um importante instrumento de política externa](#)

20-10-2005: [China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)

20-09-2005: [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

15-04-2005: [Bolívia revisa sua lei para exportação de hidrocarbonetos.](#)

28-09-2004: [Negociações sobre a inspeção da AIEA no Brasil](#)

24-09-2004: [AIEA adota resolução sobre programa nuclear iraniano](#)

02-12-2004: [Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)

21-11-2003: [O programa atômico do Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Eduardo Côrtes; Franceline Fukuda; Joana Laura Nogueira; Larissa Martins; Luísa Lima; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

